Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade

Agronegócio e reprimarização econômica: um olhar sobre os impactos do processo de inovação técnico-cientifico e concentração de capital no campo brasileiro[1]

Nicolle Berti Garcia[2]
Orlando Aleixo de Barros Junior[3]

1. Introdução

A América Latina tem sido um dos principais alvos da ofensiva imperialista articulada pelos Estados centrais e suas grandes corporações transnacionais no contexto da globalização neoliberal. A disputa global por recursos naturais é um dos elementos mais marcantes do capitalismo neoliberal e sua lógica de acumulação, e a América do Sul é um espaço importante dessa disputa, pela dimensão de reservas de recursos naturais estratégicos que possui e por sua condição histórica de ser uma região exportadora de matérias-primas.

[1]Artigo da seção especial CPDA 40 anos.
[2]IESP/UERJ
[3]CPDA/UFRRJ

Sabe-se que o no decorrer do processo de inovação técnico-científico, a opção de primário exportador passa a vigorar e acrescentar vultosos saldos comerciais oriundos das exportações de *commodities* no continente latino-americano. Assim, cabe destacar que, ao recorrer à especialização ou a "reprimarização" das exportações, há uma concentração na produção de bens primários e de recursos naturais, com níveis tecnológicos abaixo dos aplicados em outras economias do centro capitalista.

Durante o processo histórico regional houve diferentes transformações que incidiram diretamente sobre a dinâmica do campo. Dentre essas grandes transformações estruturais, estão as alterações tecnológicas na área da agricultura, que se convencionou chamar de Revolução Verde, tratada neste trabalho como uma revolução técnico-científica, que culminou no agronegócio, nome do modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista.

Buscou-se aprofundar o entendimento do mecanismo de funcionamento da dependência latino-americana por meio da deterioração dos termos de troca nas relações de mercado internacional, cujas implicações não se circunscrevem à agricultura e à agroindústria, mas instigam uma advertência em relação aos desdobramentos futuros de um modelo de inserção externa de especialização dependente, que coloca o país em posição vulnerável diante das crises globais.

2. Políticas neoliberais aplicadas ao campo latino-americano

Na América Latina, o ideário neoliberal encontrou sua mais acabada expressão e sistematização em um encontro realizado em 1989, em Washington , denominado Consenso de Washington:

As principais diretrizes de política econômica que emergiram abrangiam, segundo Batista (1994), as seguintes áreas: 1) disciplina fiscal; 2) priorização dos gastos públicos; 3) reforma tributária; 4) liberalização financeira; 5) regime cambial; 6) liberalização comercial; 7) investimento direto estrangeiro; 8) privatização; 9) desregulação; 10) propriedade intelectual (BATISTA, 1994, p. 27 apud GENNARI, 2001, p. 32).

A reconfiguração do Estado na trajetória neoliberal na América Latina caracteriza-se pelo intenso processo de internacionalização produtiva que exige uma readaptação da estrutura política, social e econômica, por intermédio da abertura comercial, da privatização das empresas estatais e dos serviços públicos, da flexibilização nas leis trabalhistas, flexionado a estratégias do mercado internacional e dando origem a novas modalidades de relações econômicas e sociais, fundamentado na subordinação ao capital internacional. Com isso, a perda de autonomia e do poder decisório por parte dos Estados Nacionais passa a ser uma opção política, e não uma derivação mecânica e irredutível das mudanças ocorridas no modo de produção capitalista em seu processo de globalização (GENNARI, 2001). Cabe destacar que o neoliberalismo apresenta duas grandes fases de articulação da América Latina na economia mundial, como descreve Martins (2005):

A primeira nos anos 1980, quando o país hegemônico, mergulhado em sua crise de longo prazo, drena os excedentes da economia mundial e não oferece nenhum tipo de reorganização da divisão do trabalho ou projeto de desenvolvimento para a região; a segunda, que se estabelece no início dos anos 1990, quando os Estados Unidos se organizam para um novo ciclo expansivo e estabelecem um novo projeto de inserção internacional para a América Latina, condensado num conjunto de políticas públicas (MARTINS, 2005, p. 139-40).

Apesar dos sinais anteriores de descontentamento popular com os resultados socialmente regressivos das políticas neoliberais, que ocasionaram um acirramento da tensão social e da intensificação da oposição ao modelo neoliberal nos países que implementaram os ajustes estruturais, o Banco Mundial (BM), a fim de ter condições plenas de seguir intensificando a implantação do modelo, nessa segunda fase, passa a prescrever uma segunda onda de ajustes estruturais, cujos fundamentos residem no aprofundamento da redução do papel do Estado com vistas à promoção do crescimento econômico e à liberalização do mercado de terras (RAMOS FILHO, 2013). Essas políticas transformaram-se num conjunto de diretrizes e princípios norteadores das propostas do BM para a área do desenvolvimento rural e do alívio da pobreza. Tal enfoque se fortaleceu durante a década de 1990, em razão de sua vinculação com a ideologia neoliberal. Em diferentes países credores, neste caso tratando-se do Brasil, o BM difundiu um pacote de cinco conjuntos de políticas agrárias: administração da terra; privatização das terras públicas ou comunais; formação dos mercados de terra; criação dos fundos de terra; e reforma agrária de mercado (ROSSET, 2004; SAUER e PEREIRA, 2006; MARTINS, 2004; BARROS, 2003).

Nesse limiar, ocorreram nos países da América Latina, no final dos anos 1970, os chamados "Programas de Desenvolvimento" em áreas rurais, promovidos pelo Banco Mundial, caracterizados como um processo de modernização da agricultura que se denominou internacionalmente de "Revolução Verde". Neste contexto, o Banco Mundial, a partir de sua autoridade, promoveu as medidas necessárias para a implementação do projeto hegemônico, como as mudanças das legislações agrárias, aumentando a liberação de empréstimos para os governos nacionais latino-americanos nos anos 1970 e produzindo um

novo aparato gerencial, de modo a criar as condições legais e administrativas para a livre transação mercantil da terra e a atração de capital privado para o campo (PEREIRA, 2004).

O legado da modernização técnica se consolidou e repercutiu na transnacionalização da agricultura e em sua inserção na divisão internacional do trabalho. Com a internacionalização da agricultura, se constituíram os complexos agroindustriais, conformando uma padronização dos sistemas produtivos, voltados para a formação desses complexos e para a modernização dos latifúndios. Esse projeto de modernização do campo ganhou maior legitimidade com a proposta de segurança alimentar lançada pela FAO na Cúpula Mundial de Alimentação de Roma, em 1974, que possibilitou a organização dos mercados agrícolas posta em marcha pela OMC.

No contexto de implantação dessas políticas neoliberais, a expansão do capital no campo latino-americano adquiriu nova forma, novo conteúdo e novo nome: denominado agronegócio, em que a agricultura é regida pela lógica desigual, contraditória e combinada das relações capitalistas de produção:

> [...] quanto mais se produz, mais gera exploração do homem e da natureza, mais se produz mais valia, mais concentra/acumula/amplia o capital, e a consequência desse processo é a ampliação das desigualdades sociais (FERNANDES, 2008, p. 56).

Segundo Fernandes (2008), agronegócio é o novo nome do modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista. Esse modelo não é original, sua origem está no sistema *plantation*, no qual grandes propriedades foram utilizadas na produção para exportação. De acordo com o autor, o agronegócio tentou mudar o enfoque dos problemas gerados pelo latifúndio. Neste sentido:

> É uma tentativa de ocultar o caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao

> caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias (FERNANDES; WELCH, 2004, p. 2).

São características marcantes desse modelo de produção, denominado agronegócio, o latifúndio mecanizado, a monocultura e o uso de agrotóxicos que movimentam o mercado das transnacionais produtoras desses insumos agrícolas. Como nas tradicionais *plantations* coloniais, o agronegócio baseia-se na tríade: latifúndio, monocultura e exportação. Desse modo, no plano do comércio globalizado há dez empresas transnacionais que passam a controlar praticamente todo o mercado do setor de agronegócio. ConformeStedile (2006a, p. 17): "[...] Monsanto, Bunge, Cargil, ADM, Basf, Bayer, Sygenta, Novartis, Nestlé e Danone controlam praticamente toda a produção agrícola de agrotóxicos, de sementes transgênicas, e o comércio agrícola de exportação" (CAMACHO, 2010).

Inserida nesse ambiente, a produção agrícola se modifica e começa a desempenhar diferentes funções, passando de um modelo de substituição de importações para um modelo orientado à divisão internacional do trabalho e ao comércio internacional. Esse processo produz o aprofundamento da dependência latino-americana, interrompendo a diversificação produtiva, ao impor uma maior especialização na produção de *commodities* e bens primários para os grandes complexos agroindustriais.

3. Reprimarização das economias latino-americanas

O conceito de reprimarização sugere que há um retorno à exportação de *commodities* e à especialização na produção de bens primários de baixo valor agregado, bem como, em muitos casos, um baixo conteúdo tecnológico. De modo que, à luz dos fatos históricos torna as economias nacionais, parte do processo de reestruturação dos padrões

mundiais de acumulação capitalista, na emersão de uma nova/velha divisão internacional do trabalho, descentralizando progressivamente a produção direta de manufaturas e impulsionando a produção de bens primários, respondendo à dinâmica de vantagens comparativas. De acordo com Mancio e Moreira:

> No caso da América Latina, especificamente, considerada uma grande economia, vê-se um claro redirecionamento a um processo de especialização na produção de *commodities* e insumos industriais (minerais, siderúrgicos, alimentos, celulose, agrocombustíveis e energia em geral), interrompendo o processo de diversificação produtiva, reforçando o papel dos países periféricos como produtores de mercadorias com pouca incorporação de avanços tecnológicos (MANCIO; MOREIRA, 2012, p. 11).

Assim, observamos no cenário atual um aprofundamento do processo de reprimarização das exportações, a partir da imposição dos países centrais, como forma contratendencial à queda nas taxas de lucro e como proposta de administração da crise estrutural contemporânea. Desta maneira, pode-se inferir que a periferia passa a se especializar em produzir alimentos e matérias-primas para os países do centro capitalista, enquanto os países do centro capitalista produzem mercadorias com a incorporação tecnológica de alta tecnologia, sobretudo, utilizando insumos extraídos da periferia.

Ao analisar a pauta de exportação brasileira, tem-se uma percepção mais clara do aprofundamento da dependência que acontece na América Latina. O processo de reprimarização se acentuou com a crise e com o considerável crescimento chinês, já que a China tornou-se um dos principais parceiros comerciais do Brasil. As exportações para a China chegaram a US$ 30 bilhões, aproximadamente, em 2010, e 80% estavam concentrados em *commodities*, principalmente soja e minério de ferro (DE NEGRI; ALVARENGA, 2010).

Destaque-se, ainda, que a dinâmica de expansão da produtividade primária do mercado tem como fato causal a demanda externa, e não um progresso técnico com vistas a industrializar, há "outro padrão de ganho de produtividade", afirma Delgado (2012). Nesse sentido, tanto a pressão pela exploração dos recursos naturais quanto a elevação na concentração de terra têm um caráter peculiar após os anos 2000, sobretudo, ao passo que há um apelo crescente à apropriação do monopólio dos recursos naturais e da terra, como fator inerente à própria dinâmica de expansão produtiva.

4. Revolução técnico-cientifica no campo latino-americano

No Brasil, o agronegócio obteve crescimento expressivo durante a segunda metade do século XX, mais especificamente nas décadas de 1980 e 1990. Este fato contribuiu para que houvesse uma profunda alteração na sociedade, com a expulsão de camponeses e povos tradicionais de suas terras, bem como uma transformação de camponeses e agricultores familiares em trabalhadores rurais. Um dos fatores que motivou tal crescimento, foi o investimento em pesquisa e desenvolvimento de inovações tecnológicas, processos que demandam planejamento e tempo para que produzam efeitos. Além disso, houve um contínuo processo de abertura comercial, em um contexto de liberalização econômica em escala internacional, que, consequentemente, colocou as empresas brasileiras, de modo geral, em um ambiente mais competitivo. No entanto, a especificidade desse processo está no fato de que, atualmente, o domínio da ciência, técnica e informação em nível mundial possibilitou ao capitalismo territorialidade no campo e a capacidade de produzir mais com menos tempo e espaço.

Alguns autores identificam que a questão agrária, principalmente na América Latina, além de lidar com os já conhecidos problemas como a concentração fundiária e o intenso processo de interferência de organismos internacionais e governos estrangeiros, passou a agregar novas questões. Assim, destacamos que a questão agrária se alterou com o passar do tempo, sendo ela, hoje, ainda mais complexa, a exemplo da emergência de novos atores e investidores na compra por terras agrícolas no continente e o aumento expressivo no uso de cultivos transgênicos. E, portanto, compromete e dificulta o debate e políticas públicas com o fim de garantir a soberania territorial e a segurança alimentar dos Estados (FERNANDES; WELCH. GONÇALVES, 2012 *apud* ROCHA, 2014).

De acordo com Gonçalves (2004), a utilização de sementes transgênicas resulta no empobrecimento da população que reside próximo dessas áreas agricultáveis e que vendem sua força de trabalho para o agronegócio. Isso porque os transgênicos diminuem a necessidade da aplicação de mão de obra no processo de limpeza de pragas e das plantações. A produção de cultivos transgênicos gera também uma série de implicações, a curto e longo prazo, de caráter social e ambiental com a perda da biodiversidade e a contaminação dos solos e águas, além do impacto sobre a saúde de quem os consome — humanos e animais —, comprometendo as bases materiais da vida. De acordo com Gonçalves (2004):

> A semente de soja transgênica não brinda necessariamente aumento na produtividade por área cultivada, como salientam vários estudiosos, e, sim, proporciona diminuição dos custos principalmente de mão de obra, na medida em que os produtores já não têm de realizar tarefas de combater a pragas, além do que com as técnicas de plantio direto facilitam, também, as tarefas de semeadura. Trata-se, portanto, de uma técnica que

> acentua a tendência a uma agricultura sem agricultores, agravando problemas num momento em que o novo padrão de poder proporciona pelas novas tecnologias também não emprega tanta gente nas cidades e suas periferias, como o fazia à época da desruralização europeia e estadunidense (GONÇALVES, 2004, p. 227).

Analisando o censo agropecuário nas décadas de 1950, 1960 e 1970, Martins nos aponta a grande concentração de terras nas mãos de poucos e grandes proprietários. Destaca que, em 1975, para "cada lavrador não proprietário havia apenas 1,6 proprietário", se comparado ao ano de 1950, em que para cada lavrador não proprietário havia 4,2, aproximadamente. A partir de 1950, percebe-se uma grande e crescente concentração da propriedade da terra com a expansão das pastagens e o estrangulamento da pequena agricultura, que impossibilita tanto o emprego de terceiros na agropecuária como a própria posse da terra (MARTINS, 1982, p. 47).

Cabe destacar que a transformação das relações de produção na agricultura brasileira foi um processo gradual, e que não se desenvolve no plano vazio, pois ela é consequência e parte constituinte de uma crise econômica que acaba por alcançar novas contradições e questões de caráter financeiro. No entanto, como dito anteriormente, há dinâmicas que se perduram no tempo, como a corrida por terras e a constante e crescente apropriação delas por empreendimentos agrícolas. Rangel (1986) afirma, neste sentido, que "por outras palavras a terra não se redistribui, subdivide-se, porque se tornou proibitivamente cara, e é cara, não pelos motivos convencionais (...) mas sim (...) da expectativa de valorização". Além disso, a renda da terra passa a operar em espaços que não são utilizados, porque ainda é nesse processo que ela se valoriza, "faz do título imobiliário um ativo imobiliário", ou seja, engendra-se uma dinâmica de compra e venda da terra não apenas para a produção, mas com caráter especulativo.

5. O capital financeiro e a industrialização da agricultura no brasil

A crise da dívida vivenciada na década de 1980 acarretou uma grande crise econômica nos países periféricos, isso porque em pouco tempo as taxas de juros subiram rapidamente e, consequentemente, os países latino-americanos que possuíam dívidas com os países centrais passaram a conviver com suas economias voltadas ao pagamento dessas dívidas. No Brasil, por exemplo, houve um grande investimento do Estado na agricultura extensiva e mecanizada, principalmente na produção de cana-de-açúcar para a produção de combustível — álcool —, pois assim as receitas obtidas pela exportação desses produtos seriam utilizadas para pagar a dívida. No entanto, há de se pontuar que parte desse investimento era feito por meio de compra de artigos químicos e industriais produzidos no exterior, o que ocasionava desequilíbrio da balança comercial (PITTA; MENDONÇA, 2014).

A industrialização da agricultura no Brasil demandou a substituição da base técnica agrícola por insumos industriais, a partir de uma política particular de crédito governamental e de comércio exterior que incluiu incentivos fiscais e novos financiamentos para infraestrutura. A criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR, 1965), que oferecia financiamento subsidiado através de bancos estatais, foi essencial para alavancar a industrialização do setor. Entre 1969 e 1976, o aumento médio anual do crédito rural no Brasil foi de 23,8% (DELGADO, 1985, p. 46). Este ritmo de expansão do mercado de capital/dinheiro para a agricultura está relacionado com elementos de instabilidade e crise econômica, com capitais financeiros ociosos em busca de rendimentos. Como consequência, os anos 1980 e 1990 foram

marcados pelo estímulo à aplicação de políticas de ajuste estrutural de acordo com o receituário do Fundo Monetário Internacional (FMI), que passou a fazer parte da estrutura econômica nacional, inclusive, estendendo-se nas décadas dos anos 2000.

A exportação de capitais para países periféricos ocorreu como forma de aumentar a extração de mais-valia através da busca por força de trabalho mais barata e por apropriação de matérias-primas, assim como de circular capital financeiro na forma de dívidas. Essa estratégia foi facilitada pela formulação de políticas neoliberais de abertura comercial, com o objetivo de facilitar o fluxo mundial de *commodities*. O mercado de terras e o mercado financeiro se entrelaçam no movimento de crise de acumulação de capital. A especulação com terras agrícolas representa uma nova rodada de capitais ociosos em busca de rendimentos depois do ciclo de alta das *commodities* (2003-2008), que promoveu um aumento exponencial do preço da terra agricultável. A expansão territorial do agronegócio ocorre principalmente em regiões ricas em fontes de água, biodiversidade e infraestrutura. Esse contexto estimula a crise, já que o agronegócio se expande com o objetivo de remunerar o capital imobilizado na forma de investimentos em mecanização e na crescente necessidade de aquisição de insumos químicos.

Observando o contexto brasileiro, Pitta (2017) destaca que, além do *boom* das *commodities*, verificado nos anos 2000, o mercado financeiro procura a diversificação tanto de sua produção quanto de suas aplicações num contexto em que os interesses se entrecruzam ao setor agroindustrial e tem o Estado como sustentáculo no processo de incorporação/fusão, que possibilita as estratégias de ampliação do capital financeiro tanto na terra quanto na produção de *commodities* agrícolas.

No ambiente de crise econômica mundial, que teve seu ápice no ano de 2008, há uma intensificação do papel do capital financeiro no mercado de terras agrícolas no Brasil, com uma função especulativa, ao passo que há uma necessidade de circulação e investimentos do capital financeiro em um contexto de crise e instabilidade econômica. Há também uma reconfiguração do perfil do agronegócio no Brasil, principalmente pelo estímulo à presença de empresas estrangeiras, as quais não produzem necessariamente *commodities*, mas apoderam-se de capital em sua forma financeira, por meio de dívidas e, principalmente, pela apropriação do monopólio dos recursos naturais como a terra e tudo que a ela pertence, transformando-os em capital fictício. Essa tendência é estimulada por fundos de investimentos em busca de rendimentos para seus credores.

"Esse é o sentido do capital fictício (Marx, 1983, L. II, seção V), que aparece como criador de mais-dinheiro sem a passagem pelo processo produtivo" (PITTA; MENDONÇA, 2014). Ou seja, há um cruzamento entre os mercados financeiros e a agroindústria, no intento de ampliar a geração de capital, que neste contexto também possibilita o fortalecimento do mercado de futuros, no qual as próprias *commodities* se conformam-se como ativos e são negociadas no mercado financeiro com base em contratos de futuro, em promessas de produção.

Além disso, o Estado brasileiro passa a se endividar para disponibilizar linhas de crédito subsidiadas para o agronegócio através da negociação de Títulos do Tesouro Nacional no sistema financeiro. De acordo com Pitta e Mendonça (2014), os montantes destinados ao agronegócio por meio do mecanismo de crédito rural através do Plano Agrícola e Pecuário de 2013/2014, no decorrer da última década, mais do que sextuplicaram, saltando de R$ 27 bilhões em 2003/2004 para R$ 136 bilhões na safra de 2013/2014.

> As empresas do agronegócio se utilizam de acesso a créditos para especular no mercado financeiro. Um exemplo recente ocorreu com a agroindústria canavieira que utilizou tais recursos para especular com derivativos cambiais. Diversas usinas de açúcar e etanol tomaram empréstimos baratos em dólar, aproveitando o ciclo de alta nos preços das commodities e a valorização do real nos anos anteriores à crise de 2008. Com a reversão dessa tendência e a valorização do dólar em relação à moeda brasileira, muitas usinas quebraram. O setor somou um prejuízo de mais de $4 bilhões de reais nos negócios com câmbio em 2011 (PITTA; MENDONÇA, 2014).

No aspecto da elevação dos preços das *commodities*, podemos também observar de maneira mais diversificada o papel das chamadas *flex crops*, ao passo que novas estratégias econômico-financeiras passam a ser implementadas, acarretando novos interesses, bem como novos atores e investidores. O processo de produção das chamadas *flex crops* passa pela atuação do Estado oferecendo subsídios, sobretudo, à direta atuação do capital financeiro no tocante à oferta de crédito, que cria novas possibilidades tecnológicas para a ampliação deste mercado. A possibilidade de acesso ao crédito diretamente no mercado financeiro, com o desenvolvimento gradual de mecanismos e instrumentos tanto financeiros quanto tecnológicos, levou à alavancagem de novas formas de se financiarem, por exemplo, dívidas.

As *flex crops* podem ser entendidas como cultivos mais flexíveis, olhando a produção desses cultivos de forma mais diversificada em múltiplos setores, com uma variedade de usos (BORRAS, 2016). Um exemplo de uma *flex crop* no Brasil pode ser expresso pela produção da soja, uma vez que, de acordo com o seu processo produtivo, pode-se inferir diferentes usos: ração para animais, especialmente para a pecuária; alimento para consumo humano; e, atualmente, usada para a produção de biocombustível. Outro exemplo pode ser expresso pela cana-de-açúcar, também para a produção de biocombustível (etanol),

produção de bioamassa, e para consumo humano, por meio da produção do açúcar.

A quantidade de ativos que uma empresa possui influencia diretamente na capacidade que ela tem de captar financiamento para serem reinvestidos em compra de terras e de novos ativos. Tais ativos são retroalimentados em um contexto de financeirização completa da economia. A terra como um recurso estratégico transforma-se em um ativo estratégico. Quando uma empresa abre seus capitais para o mercado de ações, além de conseguir financiamento para alargar a produção, passa a adquirir crédito com base no preço de suas ações (REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS, 2014).

Portanto, o que se verifica é que os processos de integração técnico-industriais e de capitais vivenciados pela agricultura brasileira, nos quais o capital financeiro, diante do contexto global, assume dimensão central, aliados à expansão do agronegócio provocada na década de 2000, o *boom* das *commodities* e o correspondente aumento de seus preços, configuram a inserção do Brasil no chamado "mercado global de terras" (SASSEN, 2016). Isso porque, no contexto de hegemonia do mercado financeiro, as terras, além de serem espaços reais de acumulação capitalista (meios de produção), nos quais o capital investe para se valorizar e expandir, se constituem como ativos, que servem de lastro para o processo de acumulação fictícia, com base em produções futuras, meio de valorização de ações e alavancagem de empresas que adquirem seus ganhos através de especulações e, também, se conformam como objeto de negociação desses ativos em mercados especulativos próprios e independentes.

6. Uma breve leitura sobre processo de *land grabbing* no brasil

Destaca-se atualmente a vasta literatura e produção sobre o amplo e complexo processo de "*land grabbing* ou *acaparamiento de tierras* no cenário mundial, mas tais conceitos ainda encontram-se sob estudos sistemáticos. Muitos pesquisadores passaram a aprofundar seus estudos sobre *land grabbing* a partir de 2008, incluindo as noções de *green grabbing*, *water grabbing* etc. (EDELMAN, 2015). O *land grabbing* consiste, basicamente, na aquisição e, principalmente, no controle de parte do território, através de compra ou arrendamento de terra, predominantemente por estrangeiros, ou seja, é uma corrida acelerada do capital internacional para a realização de aquisições, por vezes extensas áreas de terra. Essa dinâmica se dá com a intermediação direta do Estado através da facilitação e criação de instrumentos legais que possam auxiliar o processo de aquisição de terras. No contexto do *land grabbing* no Brasil, Flexor e Leite destacam que:

> De acordo com pesquisas realizadas pelo Centro de Desenvolvimento Rural e Estudos Agrários (Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural – Nead), utilizando o Sistema Nacional de Registro Rural (SNCR), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), 34.632 propriedades foram registradas por estrangeiros em 2008, abrangendo uma área de 4.037.667 hectares. Isto é significativo, considerando que esses números não incluem o período conhecido como "corrida por aquisição de terras na sequência da crise de 2008". (Tradução própria) (PRETTO, 2009 *apud* Flexor e Leite, 2017).

No caso brasileiro, a aquisição de terras por estrangeiros não é um processo recente, pois já se evidenciava na década de 1960, com a publicação do Relatório Velloso [1], como demonstrado de forma elucidativa no trabalho de Ariovaldo Umbelino de Oliveira. A diferença que encontramos nos dias atuais, é que se desenvolve um novo ciclo de

[1] OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil – um retorno aos dossiês. São Paulo: **Agrária**, n. 12, p. 3-113, 2010.

expansão do capital, com a diversificação de atores e investidores na aquisição dessas terras, bem como um aumento considerável de caráter espacial e de aplicação de capital.

É de suma importância destacar a compreensão da dinâmica do mercado de terras nos anos 2000, precisamente referenciada à dinâmica do capitalismo global, visto que não se pode descolar a análise particular brasileira de uma estrutura orgânica e articulada no plano global. De acordo com a socióloga holandesa Saskia Sassen (2016), referindo-se a um novo mercado global de terras nos anos 2000, há uma estimativa de aquisição de terras por governos e empresas estrangeiras de mais de 200 milhões de hectares, aproximadamente, entre 2006 e 2011. A maioria dessas aquisições está em países do sul global, especialmente no Continente Africano e na América Latina. Sassen (2016), ao analisar o mercado de terras, destaca dois elementos fundamentais para compreender a expansão das aquisições de terras, são eles: a) a demanda por cultivos industriais para fabricação de biocombustíveis e por cultivos de alimentos; b) com uma elevação na demanda por terras e pelo aumento dos preços dos alimentos na década de 2000, há uma busca intensa por terra, seja para produção, seja para fins especulativos

Abarcando as *commodities*, temos os grãos de soja, milho (transgênicos) e a cana-de-açúcar relacionados à produção e aos agrocombustíveis, sendo sua produção incentivada pelos Estados do sul global, sobretudo Brasil, Argentina e Uruguai, com políticas públicas voltadas para o setor do agronegócio. No caso brasileiro, os grandes projetos sucroalcooleiros, que foram implementados entre 2008 e 2010, participam dos incentivos. Cabe destacar que a disputa territorial e os conflitos agrários nos territórios vêm se intensificando, principalmente para a produção dos agrocombustíves.

Recentemente, o interesse nas fontes de energia renováveis foi intensificado. Esse fato é derivado de diversos fatores, como a finitude dos combustíveis fósseis e, em certa medida, de seus danos ao meio ambiente, e a instabilidade no preço do petróleo. Sendo assim, o Brasil, por meio de políticas públicas estatais, foi induzido a ser um dos países aptos para a grande produção dessas fontes de energia renováveis, como é o caso da cana-de-açúcar. Tendo isso em vista, é necessário destacar que a produção desses agrocombustíveis afetará a produção de alimentos, por demandar extensas áreas de terras, bem como acabará por gerar uma ameaça para a própria noção de segurança alimentar.

Com a grande demanda, aumentou-se no Brasil a área plantada destas *commodities*, principalmente da cana-de-açúcar, que é a matéria-prima para a produção do etanol, o que resulta no investimento de empresas transnacionais do agronegócio no campo brasileiro, afetando o ecossistema com o regime de monocultura, os camponeses, os trabalhadores rurais e os povos e as comunidades tradicionais, que se utilizam da terra para produção e reprodução da vida. Além do mais, o governo brasileiro auxilia o aumento da produção destas culturas e a instalação das transnacionais em território brasileiro, priorizando o fator econômico em detrimento do social, como é evidente no Programa Nacional de Produção e Uso de Biocombustíveis (PNPB):

> As indústrias cobram do governo instalação de novas usinas e ampliação das existentes, para isso o Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) e seus agentes financeiros possuem uma carteira de R$ 30 bilhões em financiamentos ao setor em operações diretas e indiretas para empresas de todos os portes em todas as regiões brasileiras (FERNANDES, GONÇALVES E WELCH, 2012, p. 55).

Não se pode compreender as estratégias de mercado voltadas para o campo brasileiro sem levar em conta que não se trata de um processo solitário. Está encabeçado por uma dinâmica global de terras,

baseada numa intensa infraestrutura político-jurídica estatal, que responde a uma economia global reestruturada, com uma alta demanda por terra e todos os recursos que ela possa oferecer, que, por sua vez, como destaca Sassen (2016), está caracterizada por microexpulsões de pequenos agricultores e de cidades inteiras, causando perdas irreparáveis, inferiores às próprias compensações. No caso específico do Brasil, milhões de agricultores historicamente perdem suas terras para a plantação de monoculturas e para a pecuária. Hoje, também perdem para o mercado financeiro, para fins meramente especulativos em escala internacional.

Deste modo, a estrangeirização da terra representa a desnacionalização de parte do território, combinado diretamente ao capital financeiro, este último, por sua vez, pode ser observado na atuação dos bancos de investimentos, fundos de pensão, firmas financeiras e organizações estatais estrangeiras, o que acaba por colocar a própria soberania dos países receptores em cheque, visto que há controle direto do território por esses atores (SASSEN, 2016).

7. Considerações finais

Observamos que o processo de reprimarização na América Latina, no geral, e, particularmente, no Brasil vem sendo amplamente implementado e aprofundado, gerando impactos concretos sobre o desenvolvimento econômico no curto, no médio e longo prazo com a modificação da estrutura produtiva, focando cada vez mais investimentos e iniciativas estatais e privadas no âmbito da produção de bens primários para a exportação. Este processo agudiza fortemente a dependência latino-americana e seus países em relação aos países

centrais da dinâmica capitalista, conforme o mecanismo de transferência de valor. Quanto maior o desenvolvimento sob as amarras da dependência, maior o aprofundamento da subordinação dos países da periferia capitalista.

O modelo de desenvolvimento baseado na exportação de *commodities* é mantido por atores públicos e privados, que, por sua vez, são seus os maiores beneficiários. Esse modelo de desenvolvimento apresenta sérias limitações, dependentes da demanda externa, não oferecendo condições socioeconômicas realmente positivas para os países e as populações latino-americanas, além de causar graves danos ambientais e consequências na produção e reprodução dos seres humanos e ecossistemas. Dessa maneira, sustentamos que é fundamental encontrar formas alternativas de desenvolvimento através do fortalecimento da indústria, do investimento em pesquisa e desenvolvimento, da diversificação econômica e da adoção de práticas sustentáveis em amplo sentido.

Igualmente, alertamos que as questões que envolvem a agricultura não podem ser analisadas e entendidas em um contexto particular e compartimentalizado, uma vez que elas são representações do conjunto de uma sociedade, e quaisquer que sejam as medidas adotadas para a problemática da agricultura, essas repercutem em toda a sociedade. Resgatamos, então, a relevância do setor agrícola para o desenvolvimento dos países latino-americanos, no sentido de que a sua inserção no processo da globalização deve ocorrer conjuntamente com a redução de suas disparidades sociais históricas, sobretudo, de forma autônoma e não dependente dos países centrais. É, portanto, fundamental modificar a inserção dos países latinos no mercado internacional, eliminando gradativamente a dependência e a

vulnerabilidade externa, apontando para a soberania nacional dos países em particular e da América Latina no geral.

Ressaltamos também que projetos estritamente nacionais parecem não mais dar conta de enfrentar o avanço das práticas predatórias do capitalismo dos países centrais, sendo necessário para tanto a integração regional, proposta sob outros parâmetros, sustentada na satisfação das necessidades humanas coletivas e não na busca da expansão da produção de capital, como arma principal na luta contra a dependência nacional e regional e por um tipo de desenvolvimento que integre de forma real.

Por esta razão, identificar a atuação do capital financeiro combinado ao agronegócio e financiado pelo Estado nos permite repensar, em primeira instância, a importância dada por meio do Estado a este modelo de desenvolvimento que visa solucionar problemas de conjuntura e atender a setores específicos, bem como ampliar a atuação do capital, conduzindo novas dinâmicas de se produzir riqueza a partir do campo. Em segunda instância, nos possibilita suscitar questões que perpassam um debate ainda mais amplo e em consequente construção, nos fazendo pensar em que medida este modelo nos refere ao processo histórico de dominação clássica ou nos remodela à concepção de dominação moderna com direta atuação do capital financeiro na terra, combinado a outros tipos de capitais.

Referências bibliográficas

AMIN, Samir. (1977). O capitalismo e a renda fundiária. In: AMIN, Samir; VERGOPOULOS, Kostas. **A questão agrária e o capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Belluzzo, Luiz Gonzaga (2012). **O capital e suas metamorfoses**. São Paulo: Editora da Unesp.

BORRAS, Saturnino M. et al. (2012a). Land grabbing in Latin America and the Caribbean. **Journal of Peasant Studies**. 2012

DELGADO, Guilherme Costa. (1985). **Capital financeiro e agricultura no Brasil:** 1965-1985. Campinas: Editora da Unicamp/Ícone Editora.

_____. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio:** mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: Editora da UFRGS. (2012).

DE NEGRI E ALVARENGA, 2010. A primarização da pauta de exportações no Brasil: ainda um dilema. In: **Radar nº 13, Diretoria de estudos e políticas setoriais de inovação, regulação e infraestrutura**. 04/2011, IPEA.

DOS SANTOS, Theotônio. **Revolução cientifico-técnica e capitalismo contemporâneo**. Petrópolis, RJ: Vega, 1983.

FLEXOR, Georges.; LEITE, Sergio Pereira. Land Market and land gabbing in Brazil during the commodity boom of the 2000s. **Contexto Internacional**. v. 39, n. 2, mao/ago., 2017.

FERNANDES, Bernardo. **Campesinato e agronegócio na América Latina**: a questão agrária atual. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

EDELMAN, Marc. et. al. **Global land grabs: history, theory and method**. Londres: Routledge, 2015. Introdução.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 1-55, jan. 2004.

MARQUES, Marta Inês Medeiros (Org.). **O campo no século XXI:** território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa amarela; Paz e Terra, 2004, p.27-
64.

MARTINS, Carlos Eduardo. Neoliberalismo e desenvolvimento na América Latina. In: Clacso – Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. **La economía mundial y América Latina. Tendencias, problemas y desafíos**, 2005.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira:** a degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2. ed., 1. reimpressão, 2012.

OLIVEIRA, Ariovaldo. Umbelino (1998). A inserção do Brasil no capitalismo monopolista mundial. Geografia do Brasil. São Paulo: Edusp.

_____. (2010). A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil – um retorno aos dossiês, **Revista Agrária**, 12. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/702.

_____. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In:. CARLOS, Ana Fani. A. (Org.). **Novos caminhos da geografia.** São Paulo: Contexto, 1999a, p. 63-137.

PITTA, Fabio. (2011) **Modernização retardatária e agroindústria sucroalcooleira paulista:** o Proálcool como reprodução fictícia do capital em crise. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana, FFLCH–USP, São Paulo.

_____. (2013). **As transformações na reprodução fictícia do capital na agroindústria canavieira paulista:** do Proálcool à crise de 2008. Texto de Qualificação de pesquisa de doutorado em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

_____. MENDONÇA, Maria Luísa. (2012). **O etanol e a reprodução do capital em crise**. **Revista Agrária**, 13, p.4- 33

PEREIRA, João Márcio Mendes. **O modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial em questão:** o debate internacional e o caso brasileiro. Teoria, luta política e balanço de resultado. Rio de Janeiro, 2004.

_____.. **O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro:** 1944-2008. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **Movimentos socioterritoriais, a contrarreforma agrária do Banco Mundial e o combate à pobreza rural. Os casos do MST, Contag e Maram**: subordinação e resistência camponesa. 1. ed. Buenos Aires/São Paulo: CLACSO/Outras Expressões, 2013.

RANGEL, Ignácio. A questão da terra. Revista de Economia Política, v. 6, n. 4, out./dez. 1986.

REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS. A empresa Radar S/A e a especulação com terras no Brasil. **Rede Social de Justiça e Direitos Humanos**. São Paulo/SP: Outras Expressões, 2015. Disponível em <www.social.org.br.>.

ROSSET, Peter. O bom, o mal e o feio: A política fundiária do Banco Mundial. In: MARTINS, Mônica Dias (Org.). **O Banco Mundial e a terra:** ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia. São Paulo: Viramundo, 2004.

SASSEN, Saskia. **Expulsões:** brutalidade e complexidade na economia global. Angélica Freitas (Trad.). Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2016.

SAUER, Sérgio; LEITE, Sérgio Pereira. Agrarian structure foreign investiment in land, and land prices in Brazil. **Journal of Pesant Studies**, 2012.

_____. Corrida mundial por terras e direitos territoriais no Brasil. **Agriculturas**, n. 4, v. 8. dez. 2011

STEDILE, João Pedro. A sociedade deve decidir o modelo agrícola para o país. **Revista Caros Amigos**. São Paulo: Casa Amarela, ano 10, n. 109, p. 17, abr. 2006a.

XAVIER, Carlos Vinicius.; PITTA, Fabio Teixeira; MENDONÇA, Maria. Luísa. (2011). Monopólio na produção de etanol no Brasil: A fusão Cosan-Shell. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, Outras Expressões.